

HUMAN RIGHTS WATCH/AMERICAS

Formerly Americas Watch

- ☐ 485 Fifth Avenue, New York, NY 10017-6104, TEL (212) 972-8400, FAX (212) 972-0905, Email: hrwatchnyc@igc.apc.org
- ☐ 1522 K Street, NW, #910, Washington, DC 20005-1202, TEL (202) 371-6592, FAX (202) 371-0124, Email: hrwatchdc@igc.apc.org
- ☐ 90 Borough High Street, London, UK SE1 1LL, TEL (71) 378-8008, FAX (71) 378-8029, Email: hrwatchuk@gn.apc.org

JUAN E. MÉNDEZ
Executive Director
CYNTHIA ARNSON
ANNE MANUEL
Associate Directors
SEBASTIAN BRETT
ROBIN KIRK
BEN PENGLASE
GRETTA SIEBENTRITT
Research Associates
ELLEN LUTZ
California Director

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
data	22 / 4\$ 918
cod	ΦBD ΦΦ 355

A ser lançado em 17 de junho de 1994

Para maiores informações contate:

Cynthia Arnson ou Anne Manuel, Washington, DC (202) 371-6502
Susan Osnos, New York, NY (212) 972-8400

Advisory Committee

Peter D. Bell, Chair
Stephen L. Kass, Vice Chair
Marina P. Kaufman, Vice Chair

Roland Algrant
Robert L. Bernstein
Albert Bildner
Paul Chevigny
Dorothy Cullman
Peter W. Davidson
Patricia Derian
Adrian W. DeWind
Stanley Engelstein
Tom J. Farer
Alejandro Garro
Wendy Gimbel
John S. Giltz
Robert K. Goldman
James Goldston
Jack Greenberg
Wade J. Henderson
Alice H. Henkin
Russell Karp
Margaret A. Lang
Robert S. Lawrence, MD
Jocelyn McCalla
Theodor Meron
David E. Nachman
John B. Oakes
Victor Penchaszadeh
Clara A. "Zazi" Pope
Bruce Rabb
Jeanne Richman
Tina Rosenberg
Jean-Marie Simon
Sanford Solender
George Soros
Alfred Stepan
Rose Styron
Jorge Valls

ESTUDO DA HUMAN RIGHTS WATCH/AMERICAS CONDENA VIOLENCIA CONTRA OS POVOS INDIGENAS NO BRASIL

Em Brasil: Violência contra os Índios Macuxi e Wapixana na Raposa/Serra do Sol e Nordeste de Roraima de 1988 a 1994, um estudo de 30 páginas lançado hoje, Human Rights Watch/Americas (ex-Americas Watch) conclui que os povos indígenas do nordeste de Roraima têm sido vítimas de uma intensa campanha de violência. O estudo enfatiza dois aspectos do problema, os quais Human Rights Watch/Americas considera, particularmente, preocupantes: a participação da Polícia do Estado de Roraima em ataques violentos e a enraizada impunidade de todos os responsáveis por estes abusos.

A organização de direitos humanos, sem fins lucrativos, constatou que fazendeiros, garimpeiros e policiais são responsáveis por estas violências, que têm tomado a forma de expulsões violentas, espancamentos, destruição de casas e propriedade, prisões ilegais, tortura, estupro e homicídios. Índios são também frequentemente expulsos da terra em que vivem, a maioria das vezes sem um mandado judicial e sem notícia prévia à comunidade; mandados de reintegração de posse são cumpridos com o uso desnecessário de violência por parte da Polícia. Estes atos violentos, praticados pela Polícia ou por indivíduos particulares, quase nunca são investigados e os responsáveis raramente são processados ou punidos.

Os índios macuxi e wapixana que vivem na Raposa/Serra do Sol, ainda não demarcada, têm sido particularmente perseguidos. O objetivo desta campanha de violência é retirar os índios da área que eles reivindicam como tradicionalmente habitada e desencorajá-los de pressionar pela criação

de uma área oficialmente demarcada.

Nos últimos três anos aconteceram pelo menos 53 casos de violência contra índios em Roraima. Em apenas 12 destes casos a Polícia concluiu as investigações; 4 dos casos foram encerrados sem que nenhum suspeito fosse indiciado. Pelo menos 31 índios foram assassinados em Roraima deste 1988. Somente na área Raposa/Serra do Sol houve 12 assassinatos de índios macuxi nestes últimos seis anos, a maioria cometidos por fazendeiros ou garimpeiros. Desses homicídios apenas um caso de duplo homicídio, na Raposa/Serra do Sol, foi a julgamento, e o julgamento terminou com o acusado sendo absolvido. O criminoso retornou à área indígena e está trabalhando para um fazendeiro. Mais recentemente, em 17 de maio de 1994, Bento Sampaio, um macuxi da aldeia Napoleã foi morto e sua mulher violentada por um empregado de um fazendeiro local.

A Polícia do Estado de Roraima está implicada em 10 caso de violência contra índios. Dois índios, Velário Tamir Macuxi e Democildes Albuquerque Cameiro, morreram sob custódia, o primeiro em consequência de espancamento por policiais e o segundo, de um tiro, dado por um policial, em sua cabeça. Nenhum policial foi levado a julgamento por nenhuma destas mortes, ou por nenhum ataque violento contra índios. Human Rights Watch/Americas conclui que as Polícia Civil e Militar de Roraima estão sistematicamente envolvidas em repetidos ataques ilegais e abusivos contra povos indígenas no nordeste de Roraima, frequentemente desenvolvendo operações ilegais a pedido de posseiros e com a sua participação ativa.

O estudo reconhece a proteção legal dada às populações indígenas brasileiras pela Constituição do Brasil. Human Rights Watch declara que a Constituição Brasileira reconhece o direito dos povos indígena 'a terra que eles têm tradicionalmente ocupado, e que, a Constituição assegura ampla proteção aos povos indígenas brasileiros. Contudo, índios que tentam exercer os direitos que lhes são garantidos na constituição -- e especialmente aqueles que têm reclamado o direito às terras tradicionalmente ocupadas e pressionado o Governo para oficialmente reconhecer os seus territórios - são frequentemente as vítimas de violentos ataques e outras formas de abuso dos direitos humanos.

Human Rights Watch/Americas destaca a obrigação do Governo Brasileiro de proteger os povos indígenas de violência e de permitir a eles a prática de suas culturas tradicionais. A organização não entra no mérito de quem deveria ter o direito a terra no Brasil ou quais áreas deveriam ser designadas como indígenas, mas apela ao Governo Brasileiro que tome todas as medidas para proteger as comunidades indígenas de violência e assegurar que disputas sobre terras sejam resolvidas pacífica, legalmente, e através da devida forma, disponível para todos.

Human Rights Watch/Americas conclui que no caso da área Raposa/Serra do Sol, as autoridades federais e estaduais estão fazendo pouco para assegurar que a disputa entre índio e fazendeiros locais e garimpeiros seja resolvida pacificamente. Ao contrário, a Polícia do Estado ativamente toma o lado das partes abusivas. As autoridades federais, representadas

pela FUNAI e a Polícia Federal têm amplamente abdicado de suas responsabilidades de proteger a população indígena do Brasil. Mesmo em áreas já demarcadas, como as do Yanomami, as autoridades brasileiras não tem tomado passos adequados para proteger as comunidades indígenas de ataques.

O estudo conclui que a causa principal da violência e impunidade é a falta de vontade política para proteger as comunidades indígenas e investigar e punir os abusos quando eles ocorrem. Human Rights Watch apela ao Governo Brasileiro a reconhecer este sério problema e tomar várias medidas para melhorar esta situação, incluindo: investigar e punir todos os ataques de violência contra índios; aumentar os recursos para a Polícia Federal e a FUNAI e assegurar que haja a vontade política necessária á proteção dos índios brasileiros; Rápidas mediações e soluções das disputas de terra envolvendo povos indígenas e providenciar proteção adequada parra povos indígenas de terras já demarcadas. O relatório também clama as autoridades do Estado de Roraima a não mais permitir que as Polícias Civil e Militar atuem na área Raposa/Serra do Sol ou em qualquer outra área indígena, o que é de responsabilidade de autoridades federais e tomar medidas imediatas para investigar e punir todos os atos abusivos praticados pela Polícia contra os índios.

* * *

Human Rights Watch/Americas é uma divisão da Human Rights Watch, uma organização de direitos humanos sem fins lucrativos. A organização não está ligada a qualquer partido político ou grupo religioso e não aceita dinheiro de nenhum governo. Suas investigações de direitos humanos estão baseadas em acordos e convenções de direitos humanos internacionais, muitos dos quais o Governo Brasileiro tem ratificado. Human Rights Watch desenvolve investigações sobre abusos de direitos humanos em mais de 60 países em todo o mundo incluindo os Estados Unidos e o Reino Unido. Este é o décimo quarto estudo de abusos de direitos humanos no Brasil. Relatórios anteriores tem examinado violência contra adolescentes, esquadrões de morte, trabalho forçado, tortura, violência nas área rurais, violência contra mulheres e condições das prisões brasileiras.

O comitê e staff incluem: Peter D. Bell, presidente; Stephen L. Kass and Marina Pinto Kaufman, vice presidentes; Juan E. Méndez, diretor executivo; Cynthia Arnson and Anne Manuel, diretores associados; Gretta Tovar Siebentritt and Ben Penglase, pesquisadores; Robin Kirk, assessora; Vanessa Jiménez, associada.

Human Rights Watch é composta por cinco divisões regionais—HRW/África, HRW/Americas, HRW/Ásia, HRW/Helsinki e HRW/Middle East. Seu presidente é Robert L. Bernstein; vice presidente, Adrian W. DeWind; diretor executivo, Ken Roth; diretor associado, Gara LaMarche; diretora do escritório em Washington, Holly J. Burkhalter; diretora do escritório na California, Ellen Lutz; assessora de imprensa, Susan Osnos; consultora, Jemera Rone.

HUMAN RIGHTS WATCH/AMERICAS

Formerly Americas Watch

□ 485 Fifth Avenue, New York, NY 10017-6104, TEL (212) 972-8400, FAX (212) 972-0905, Email: hrwatchnyc@igc.apc.org
□ 1522 K Street, NW, #910, Washington, DC 20005-1202, TEL (202) 371-6592, FAX (202) 371-0124, Email: hrwatchdc@igc.apc.org
□ 90 Borough High Street, London, UK SE1 1LL, TEL (71) 378-8008, FAX (71) 378-8029, Email: hrwatchuk@gn.apc.org

JUAN E. MÉNDEZ
Executive Director
CYNTHIA ARNISON
ANNE MANUIEL
Associate Directors
SEBASTIAN BRETT
ROBIN KIRK
BEN PENGLASE
GRETTA SIEBENTRITT
Research Associates
ELLEN LUTZ
California Director

For release June 10, 1994

For further information:

Cynthia Arnson or Anne Manuel, Washington, DC (202) 371-6592
Susan Osnos, New York, NY (212) 972-8400

Human Rights Watch/Americas Study Condemns Violence Against Indigenous Peoples in Brazil

Advisory Committee
Peter D. Bell, Chair
Stephen L. Kass, Vice Chair
Marina P. Kaufman, Vice Chair

Roland Algrant
Robert L. Bernstein
Albert Bildner
Paul Chevigny
Dorothy Cullman
Peter W. Davidson
Patricia Derian
Adrian W. DeWind
Stanley Engelstein
Tom J. Farer
Alejandro Garro
Wendy Gimbel
John S. Gitlitz
Robert K. Goldman
James Goldston
Jack Greenberg
Wade J. Henderson
Alice H. Henkin
Russell Karp
Margaret A. Lang
Robert S. Lawrence, MD
Jocelyn McCalla
Theodor Meron
David E. Nachman
John B. Oakes
Victor Penchaszadeh
Clara A. "Zazi" Pope
Bruce Rabb
Jeanne Richman
Tina Rosenberg
Jean-Marie Simon
Sanford Solender
George Soros
Alfred Stepan
Rose Styron
Jorge Valls

In Brazil: Violence Against the Macuxi and Wapixana Indians

in Raposa Serra do Sol and Northern Roraima from 1988 to 1994, a 30-page study released today, Human Rights Watch/Americas (formerly Americas Watch) concludes that the indigenous peoples of northern Roraima have been the victims of an intense campaign of violence. The study highlights two aspects of this problem which Human Right Watch/Americas considers particularly distressing: the participation of the Roraima state police in violent attacks against Indians, and the pervasive impunity for those responsible for these abuses.

The non-profit human rights organization found that ranchers, gold miners and the police are responsible for this violence, which has taken the form of violent evictions, beatings, destruction of homes and property, illegal arrests, torture, rape, and homicides. Indians are also frequently evicted from land that they are living on—almost always without a warrant and without

prior notice to the community—and eviction orders are carried out with unnecessary violence by the police. These violent acts, whether committed by the police or by private individuals, are almost never investigated and those responsible are rarely prosecuted or punished.

Particularly targeted have been the Macuxi and Wapixana Indians living in the Raposa Serra do Sol indigenous area, which has not yet been fully demarcated. The goal of this campaign of violence is to drive the Indians off land that they claim as their traditional home and to discourage them from pressing for the creation of an officially demarcated indigenous area.

In the past three years there have been at least fifty-three criminal cases concerning violence against Indians in Roraima. In only twelve of these cases have the police concluded investigations; four of these cases were closed without identifying any suspects. At least thirty-one indigenous people have been killed in Roraima since 1988. In the Raposa Serra do Sol area alone, there have been twelve homicides of Macuxi Indians during the last eight years, the majority committed by ranchers or gold miners. Of these homicides only one case, a double-homicide in the Raposa Serra do Sol area, has gone to trial, and the trial ended with the acquittal of the gunman accused of killing the Indians. This gunman has returned to the area and is working for a fazendeiro in the Raposa Serra do Sol indigenous area. Most recently, on May 17, 1994, Bento Sampaio, a Macuxi Indian from the Napoleão village, was killed by the employee of a local rancher.

Roraima state police are implicate in ten of these cases of attacks against Indians. Two Indians, Velário Tamir Macuxi and Democlides Albuquerque Carneiro, died in police custody, the first as result of a beating by the police and the second shot in the head by a policeman. No policemen have been brought to trial for either of these deaths, or for any other violent attack against Indians. Human Rights Watch/Americas concludes that the Roraima state military and civil police are engaged in a pattern of repeated illegal and abusive attacks against indigenous people in northern Roraima, frequently carrying out illegal operations at the request of local land claimants and with their active participation.

The study recognizes the legal protection provided to Brazil's indigenous population under the Brazilian constitution. Human Rights Watch/Americas states that the Brazilian constitution recognizes the right of indigenous peoples to land that they have traditionally occupied, and that the Constitution provides ample protection for Brazil's indigenous peoples. However, Indians who attempt to exercise the rights that are guaranteed to them in the Constitution—and especially those who have attempted to reclaim their traditional land and pressure the government to officially recognize their territories—are frequently the victims of violent attacks and other forms of human rights abuse.

Human Rights Watch/Americas highlights the obligation of the Brazilian government to protect indigenous peoples from violence and allow them to practice their traditional culture. The organization takes no stand on who should have title to land in Brazil or on which areas should be designated indigenous reservations, but calls on the Brazilian government to take every needed step to protect indigenous communities from violence and ensure that disputes concerning land are resolved peacefully, legally, and with due process afforded to all.

Human Rights Watch/Americas concludes that in the case of the Raposa Serra do Sol indigenous area the state and federal authorities are doing little ensure the land dispute between the Indians and local ranchers and gold miners is resolved peacefully. Instead, the state police actively side with the abusive parties. The federal authorities, represented by FUNAI and the Federal Police, have largely abdicated their responsibility to protect Brazil's indigenous population. Even in areas where indigenous land has been demarcated—such as the Yanomami area—the Brazilian authorities have not taken adequate steps to protect indigenous communities from attack.

The study concludes by stating that the main cause of violence and impunity is the lack of political will to protect indigenous communities from violence and investigate and prosecute abuses when they occur. Human Rights Watch/Americas calls upon the Brazilian government to recognize this serious problem and take several steps to improve the situation, including: investigating and prosecuting all violent attacks against Indians; increasing resources for the Federal Police and funai and ensuring that they have the political will needed to protect Brazil's Indians; speedily mediating and settling all land disputes involving indigenous peoples; and providing adequate protection for indigenous peoples on demarcated land. The report also calls on the Roraima state authorities to no longer allow the state military and civil police to act on the Raposa Serra do Sol indigenous area or any other indigenous land, which should be the responsibility of the federal authorities, and to take immediate steps to investigate and punish all abusive actions by the police against Indians.

Human Rights Watch/Americas is a division of Human Rights Watch, an independent non-profit human rights organization. The organization is not linked to any political party or religious group, and accepts no money from any government. Its human rights investigations are based on monitoring compliance with international human rights standards, many of which the Brazilian government has ratified. Human Rights Watch carries out investigations into human rights abuses in over sixty countries around the world, including the United States and the United Kingdom. This is its fourteenth study concerning human rights abuses in Brazil. Prior reports have examined violence against adolescents, police and death squad killings, forced labor, torture, violence in rural areas, violence against women, and conditions in Brazil's prisons.

Human Rights Watch/Americas (formerly Americas Watch)

Human Rights Watch is a nongovernmental organization established in 1978 to monitor and promote the observance of internationally recognized human rights in Africa, the Americas, Asia, the Middle East, and among the signatories of the Helsinki accords. Kenneth Roth is the executive director; Cynthia Brown is the program director; Holly J. Burkhalter is the advocacy director; Gara LaMarche is the associate director; Juan E. Méndez is general counsel; and Susan Osnos is the communications director. Robert L. Bernstein is the chair of the executive committee and Adrian W. DeWind is vice chair. Its Americas division was established in 1981 to monitor human rights in Latin America and the Caribbean. Cynthia Arnson and Anne Manuel are the acting directors; Sebastian Brett, Robin Kirk, Ben Penglase and Gretta Tovar Siebentritt are research associates; Stephen Crandall and Vanessa Jiménez are associates. Peter D. Bell is the chair of the advisory committee and Stephen L. Kass and Marina Pinto Kaufman are vice chairs.